

70ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO

AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS SOLICITADOS PELA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.

Tendo em consideração a solicitação da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) relativa a:

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE EMPRESAS, PRODUTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

Dados do Inquérito Anual à Produção Industrial 2023 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos);

Considerando:

- Que parte das informações solicitadas respeita a empresas individualmente consideradas e têm natureza confidencial nos termos definidos nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio;
- Que a informação solicitada tem como objetivo a inclusão dos dados num modelo de estimação de emissões atmosféricas contribuindo para a realização dos inventários nacionais, de forma a responder aos compromissos internacionais designadamente no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos;
- Que a solicitação se enquadra nas exceções previstas na segunda parte do número 6 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio – proteção do ambiente – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística (CSE) autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatística Nacional (SEN) produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada na elaboração anual do INERPA, contribuindo também para várias áreas de atuação do INE, nomeadamente o projeto NAMEA e os Indicadores estruturais, devendo ser garantida a sua confidencialidade no manuseamento, tratamento, divulgação e destruição após utilização no prazo previsto, de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;
- A missão e atribuições da APA decorrem do estipulado no Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março na sua versão consolidada de acordo com as atualizações entretanto consideradas, a que acresce ainda a Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2015 sobre o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA). Além da missão de propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito do

combate às alterações climáticas ainda incumbe à Agência Portuguesa do Ambiente a coordenação do SNIERPA, bem como a elaboração e atualização do INERPA e proceder ao respetivo envio às instâncias europeias e internacionais, não prosseguindo atribuições que colidam direta ou indiretamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;

- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras ações de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 63ª Deliberação do Plenário;
- A decisão constante da 1ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico que refere, no ponto B, que “Doravante, o pedido da APA será feito anualmente ao INE, com conhecimento do CSE, sendo ao mesmo, caso se verifique completa identidade face ao presente pedido, dada sequência por Procedimento Escrito nos termos do Regulamento Interno do CSE” e a sequente verificação dos pressupostos constantes desta decisão.

A Secção Permanente do Segredo Estatístico, considerando as suas competências legais e regulamentares, delibera:

- A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer à Agência Portuguesa do Ambiente, os dados estatísticos referidos no primeiro considerando.
- B) A APA deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:
 1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, de **2023** (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em novembro de 2024;
 2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da proteção do ambiente e na elaboração anual do Inventário Nacional de Emissões e Remoção de Poluentes Atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir os compromissos nacionais no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos, bem como obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tetos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Regulamento (UE) 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa, e que revoga a Decisão do Conselho 2004/280/CE;
 3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;

4. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao Instituto Nacional de Estatística e ao Conselho Superior de Estatística o resultado do trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, 5 de dezembro de 2024

A Presidente da Secção, Anabela Botelho Veloso

A Secretária do CSE, Cláudia da Conceição Mendes Antunes Pina